



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

INDIVIDUAL



BALANÇO INDIVIDUAL

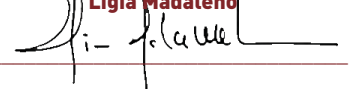
(milhares de kwanzas)

	Notas	31/12/25	31/12/24
Activo			
Caixa e disponibilidade em bancos centrais	4	55 176 438	47 146 172
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	12 545 324	15 235 152
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	6	3 082 395	19 950 702
Activos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados	7	66 650 076	25 132 788
Activos financeiros mensurados ao custo amortizado	8	55 836 473	73 988 533
Crédito a clientes	9	69 802 521	47 940 652
Activos não correntes detidos para venda	10	-	-
Outros activos intangíveis	11	1 409 535	1 259 707
Activos fixos tangíveis	11	25 521 386	29 949 984
Investimentos em filiais e associadas	12	3 679 222	2 047 266
Activos por impostos correntes	13	204 074	159 735
Activos por impostos diferidos	13	2 010 435	-
Outros activos	14	3 501 457	2 686 387
Total do Activo		299 419 338	265 497 078
Passivo e Capital Próprio			
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	15	1 516 042	1 584 956
Recursos de clientes e outros empréstimos	16	215 400 294	190 876 060
Provisões	17	40 852	38 958
Passivos por impostos correntes	13	2 823 658	2 634 828
Outros passivos	19	7 508 655	6 269 922
Total do Passivo		227 289 501	201 404 723
Capital Social	20	17 500 000	17 500 000
Reservas legais	21	13 375 455	10 981 333
Outras reservas e resultados transitados	21	21 316 900	11 669 802
Resultado líquido do exercício	21	19 937 483	23 941 220
Total do Capital Próprio		72 129 837	64 092 355
Total do Passivo e do Capital Próprio		299 419 338	265 497 078

 Direcção de Contabilidade
Wilson Alfredo Manuel


MC20152517

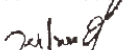
 Administrador Executivo
Carlos Francisco Ribeiro


 Presidente da Comissão Executiva
Ligia Madaleno


DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS

(milhares de kwanzas)

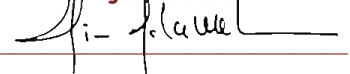
	Notas	31/12/25	31/12/24
Juros e rendimentos similares	22	29 309 713	32 312 534
Juros e encargos similares	22	(9 160 307)	(11 209 887)
Margem financeira		20 149 406	21 102 647
Rendimentos de serviços e comissões	23	9 531 094	8 205 406
Encargos com serviços e comissões	23	(1 639 507)	(1 865 817)
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	24	3 740 741	9 028 277
Resultados de investimentos ao custo amortizado	25	195 119	2 782 178
Resultados de serviços e comissões		11 827 446	18 150 043
Resultados cambiais	26	11 349 740	8 675 642
Outros resultados de exploração	27	(1 592 484)	(2 942 965)
Resultados de operações financeiras		9 757 255	5 732 677
Produto da actividade bancária		41 734 108	44 985 367
Custos com o pessoal	28	(10 496 145)	(8 998 211)
Fornecimentos e serviços de terceiros	29	(8 106 236)	(5 850 414)
Depreciações e amortizações do exercício	11	(2 685 571)	(2 373 376)
Provisões líquidas de anulações	30	(1 894)	53 741
Imparidade para crédito a clientes líquida de reversões e recuperações	30	(230 086)	(1 836 129)
Imparidade para outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	30	300 448	531 427
Imparidade para outros activos líquida de reversões e recuperações	30	225 609	(293 623)
Resultados de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	12	10 470	357 266
Resultado antes de impostos de operações em continuação		20 750 705	26 576 048
Impostos sobre os resultados			
Correntes	13	(2 823 658)	(2 634 828)
Diferidos		2 010 435	-
Resultado após impostos de operações em continuação		19 937 483	23 941 220
Resultados de investimentos ao custo amortizado			
Resultado líquido individual do exercício		19 937 483	23 941 220
Resultado por acção básico e diluído	21	19,94	23,94

 Direcção de Contabilidade
Wilson Alfredo Manuel


MC20152517

 Administrador Executivo
Carlos Francisco Ribeiro


Presidente da Comissão Executiva

Lígia Madaleno


DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL INDIVIDUAL
(milhares de kwanzas)

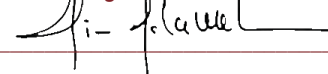
	Notas	31/12/25	31/12/24
Resultado líquido individual do exercício	21	19 937 483	23 941 220
Itens que não serão reclassificados para resultados			
Itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados			
OUTRO RESULTADO INTEGRAL DO EXERCÍCIO APÓS IMPOSTO			
RESULTADO INTEGRAL DO EXERCÍCIO APÓS IMPOSTO		19 937 483	23 941 220

 Direcção de Contabilidade
Wilson Alfredo Manuel


MC20152517

 Administrador Executivo
Carlos Francisco Ribeiro


Presidente da Comissão Executiva

Ligia Madaleno


DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAL

(milhares de kwanzas)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
Saldo em 31 de Dezembro de 2023		17 500 000	9 224 952	3 554 877	1 007 496	17 563 810	48 851 135
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2022							
Transferência para reserva legal	20		1 756 381		-	(1 756 381)	-
Transferência para outras reservas	20			7 107 429	-	(7 107 429)	-
Distribuição de dividendos	20					(8 700 000)	(8 700 000)
Resultado líquido do exercício						23 941 220	23 941 220
Saldo em 31 de Dezembro de 2024		17 500 000	10 981 333	10 662 306	1 007 496	23 941 220	64 092 355
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2023							
Transferência para reserva legal	20		2 394 122		-	(2 394 122)	-
Transferência para outras reservas	20			9 647 098	-	(9 647 098)	-
Distribuição de dividendos	20					(11 900 000)	(11 900 000)
Resultado líquido do exercício		-				19 937 483	19 937 483
Saldo em 31 de Dezembro de 2025		17 500 000	13 375 455	20 309 404	1 007 496	19 937 483	72 129 837

Direcção de Contabilidade

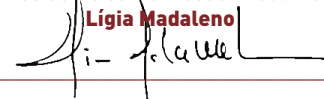
Wilson Alfredo Manuel


MC20152517

Administrador Executivo

Carlos Francisco Ribeiro

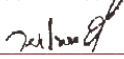

Presidente da Comissão Executiva

Ligia Madaleno


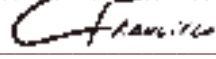
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAL

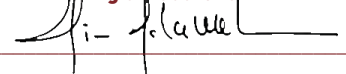
(milhares de kwanzas)

	Notas	31 12 2025	31 12 2024
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos		39 679 536	43 403 154
() Juros, comissões e outros custos equiparados pagos		(11 376 121)	(20 244 211)
() Pagamentos a empregados e fornecedores		(18 678 970)	(14 407 320)
Outros resultados		-	-
Fluxos de caixa antes das alterações nos activos e passivos operacionais		9 624 445	8 751 623
(Aumentos)/ Diminuições de activos operacionais:			
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito		17 087 028	(18 116 800)
Activos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados		(26 181 614)	8 593 559
Activos financeiros mensurados ao custo amortizado		17 531 463	42 259 486
Crédito a clientes		(21 950 799)	769 622
Outros activos		(559 541)	(111 885)
Fluxo líquido proveniente dos activos operacionais		(14 073 464)	33 393 982
Aumentos/ (Diminuições) de passivos operacionais:			
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito		(68 914)	465 957
Recursos de clientes e outros empréstimos		25 100 542	(1 956 705)
Outros passivos		(542 355)	(3 343 894)
Fluxo líquido proveniente dos passivos operacionais		24 489 273	(4 834 642)
Caixa líquido das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento			
		20 040 253	37 310 963
Impostos sobre o rendimento pagos			
		(2 679 167)	-
Caixa líquido das actividades operacionais		17 361 086	37 310 963
Fluxos de caixa de actividades de investimento			
Aquisições de outros activos tangíveis, líquidas de alienações	11	2 245 105	(9 686 099)
Aquisições de outros activos intangíveis, líquidas de alienações	11	(149 828)	38 642
Aquisições de participações em filiais e associadas	12	(1 631 956)	(397 266)
Caixa líquido das actividades de investimento		463 321	(10 044 723)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Distribuição de dividendos	20	(11 900 000)	(8 700 000)
Caixa líquido das actividades de financiamento		(11 900 000)	(8 700 000)
Variação de caixa e seus equivalentes			
		5 924 407	18 566 240
Caixa e equivalentes no início do exercício	4 e 5	62 382 737	44 669 351
Efeitos da variação cambial em caixa e seus equivalentes		(584 061)	(852 854)
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4 e 5	67 723 082	62 382 737

 Direcção de Contabilidade
Wilson Alfredo Manuel


MC20152517

 Administrador Executivo
Carlos Francisco Ribeiro


 Presidente da Comissão Executiva
Lígia Madaleno


OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS E ACTIVOS INTANGÍVEIS
(milhares de kwanzas)

	31/12/24	Aumentos	Abates	BIR TOWERS	Regularizações/ Transferências	31/12/25
Outros activos tangíveis	36 671 983	16 290 374	(107 138)	(18 428 341)	0	34 426 877
Activo bruto						
Terrenos	4 721 499	-	-	(1 891 839)	(64 467)	2 765 193
Imóveis de serviço próprio	437 671	73 173	-	-	-	510 844
Móveis, utensílios, equipamentos e instalações	5 282 408	2 198 507	(107 138)	-	160 714	7 534 491
Activos tangíveis em curso	19 870 881	13 930 686	-	(16 536 502)	(737 056)	16 528 009
Obras em imóveis arrendados (Benfeitorias)	3 065 059	45 676	-	-	640 809	3 751 544
Direito de uso	3 293 955	42 332	-	-	-	3 336 287
Outros activos tangíveis	509	-	-	-	-	509
(-)Depreciações acumuladas	(6 721 999)	(2 290 631)	107 138	-	-	(8 905 491)
Imóveis de uso próprio, utensílios e equipamentos	(4 728 359)	(1 701 878)	107 138	-	-	(6 323 099)
Direitos de uso	(1 993 639)	(588 753)	-	-	-	(2 582 392)
	29 949 984	13 999 743	-	(18 428 341)	0	25 521 386
Activos intangíveis	1 259 707	149 828	-	-	-	1 409 535
Sistema de tratamento automático de dados (Software)	2 693 224	130 973	-	-	142 673	2 966 871
Activos intangíveis em curso	391 947	413 795	-	-	(142 673)	663 069
Outros activos intangíveis	84 773	-	-	-	-	84 773
(-)Amortizações acumuladas	(1 910 237)	(394 940)	-	-	-	(2 305 177)
	31 209 691	14 149 572	-	(18 428 341)	0	26 930 922

Direcção de Contabilidade

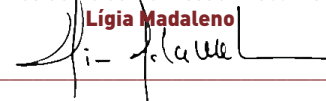
Wilson Alfredo Manuel


MC20152517

Administrador Executivo

Carlos Francisco Ribeiro


Presidente da Comissão Executiva

Ligia Madaleno


OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS E ACTIVOS INTANGÍVEIS

(milhares de kwanzas)

	31/12/23	Aumentos	Abates	BIR TOWERS	Regularizações/ Transferências	31/12/24
Outros activos tangíveis	26 985 884	9 686 100	-	-	-	36 671 984
Activo bruto						
Terrenos	4 721 499	-	-	-	-	4 721 499
Imóveis de serviço próprio	359 674	77 998	-	-	-	437 672
Móveis, utensílios, equipamentos e instalações	4 546 723	735 041	-	-	644	5 282 408
Activos tangíveis em curso	11 710 139	8 169 079	-	-	(8 337)	19 870 881
Obras em imóveis arrendados (Benfeitorias)	2 917 844	139 523	-	-	7 693	3 065 060
Direito de uso	2 729 496	564 459	-	-	-	3 293 955
Outros activos tangíveis	509	-	-	-	-	509
(-)Depreciações acumuladas	(4 791 212)	(1 930 786)	-	-	-	(6 721 998)
Imóveis de uso próprio, utensílios e equipamentos	(3 315 409)	(1 412 950)	-	-	-	(4 728 359)
Direitos de uso	(1 475 803)	(517 836)	-	-	-	(1 993 639)
	22 194 672	7 755 314	-	-	-	29 949 986
Activos intangíveis	1 298 349	(38 643)	-	-	-	1 259 706
Sistema de tratamento automático de dados (Software)	2 561 101	132 123	-	-	-	2 693 224
Activos intangíveis em curso	120 123	271 824	-	-	-	391 947
Outros activos intangíveis	84 773	-	-	-	-	84 773
(-)Amortizações acumuladas	(1 467 648)	(442 590)	-	-	-	(1 910 238)
	23 493 020	7 716 671	-	-	-	31 209 691

Direcção de Contabilidade

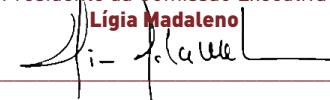
Wilson Alfredo Manuel


MC20152517

Administrador Executivo

Carlos Francisco Ribeiro


Presidente da Comissão Executiva

Ligia Madaleno


RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos Accionistas
do Banco de Investimento Rural, S.A.

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras individuais anexas do Banco de Investimento Rural, S.A. (“BIR” ou “Banco”), que compreendem o Balanço individual em 31 de Dezembro de 2025 (que evidencia um total de 299 419 338 milhares de kwanzas e um total de capital próprio de 72 129 837 milhares de kwanzas, incluindo um resultado líquido de 19 937 483 milhares de kwanzas), a Demonstração dos resultados individuais, a Demonstração do rendimento integral individual, a Demonstração das alterações no capital próprio individual e a Demonstração dos fluxos de caixa individuais relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras individuais, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do Banco de Investimento Rural, S.A. em 31 de Dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais” abaixo. Somos independentes do Banco nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, conseqüentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, acesse a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting | Technology & Transformation e Advisory | Strategy, Risk & Transactions a quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direccionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com 180 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 460.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade por quotas | NIF: 5401022670 | Matrícula CRC de Luanda: 106/1997 | Capital social: KZ 1.000.000.000,00
Sede: Condomínio Cidade Financeira, Via S8, Bloco 4 - 5º, Talatona, Luanda

Outras matérias

As demonstrações financeiras anexas referem-se à actividade do Banco a nível individual e foram preparadas para efeitos de aprovação e publicação, nos termos da legislação em vigor. Conforme divulgado na Nota 2.15 do anexo às demonstrações financeiras, os investimentos em filiais e associadas são registados na rubrica “Investimentos em filiais e associadas” pelo método da equivalência patrimonial, e as unidades de participação em fundos de investimento sobre os quais o Banco detém o controlo são reconhecidas na rubrica “Activos financeiros ao justo valor através de resultados”, ao respectivo justo valor. As demonstrações financeiras anexas não refletem o efeito da consolidação integral daquelas participações, que será efectuada em demonstrações financeiras consolidadas a aprovar e a publicar em separado. Informações adicionais sobre estas participações encontram-se divulgadas nas Notas 7 e 12.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras individuais

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras individuais que apresentem de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Banco de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS);
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras individuais isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Banco de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Banco.

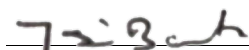
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras individuais como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou em erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras individuais.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras individuais, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Banco para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras individuais ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Banco descontinue as suas actividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras individuais, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras individuais representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

Luanda, 17 de Março de 2026



Deloitte Auditores, Lda.
Representada por José António Mendes Garcia Barata
Membro da OCPCA n.º 2013016

CONSELHO FISCAL DO BANCO DE DESENVOLVIMENTO RURAL, SA.

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

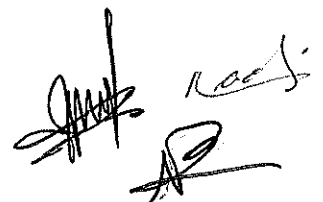
Sobre as Contas de base Individual do BIR – Banco de Investimento Rural, S.A., a 31 de Dezembro de 2025

Senhores Accionistas,

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, designadamente do ponto 3 do Artigo 294, da Lei 1/04 de 13 de Fevereiro (Lei das Sociedades Comerciais), bem como o artigo 28º e alínea g) do artigo 30º dos Estatutos do BIR – Banco de Investimento Rural, S.A., o Conselho Fiscal submete à Vossa apreciação o Relatório sobre a acção fiscalizadora e parecer sobre o Relatório de Gestão do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2025.

As demonstrações Financeiras compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2025, que apresenta um total de Activo de 299.419 milhões de kwanzas, um total de Fundos Próprios de 72.130 milhões de kwanzas, incluindo um resultado líquido de 19.937 milhões de kwanzas, a Demonstração de Resultados, a Demonstração de Alteração no Capital Próprio e as Demonstrações dos Fluxos de Caixa e as respectivas notas anexas.

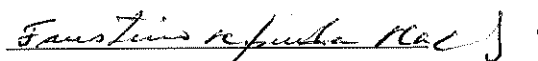
1. Durante o exercício, o Conselho Fiscal teve a oportunidade de acompanhar com a periodicidade e extensão que considerou adequada, a actividade do Banco, através de informação contabilística e de gestão. Foram realizadas 11 reuniões ordinárias de periodicidade mensal e sempre que se mostrou necessário, recebeu informações adicionais dos responsáveis das Unidades Orgânicas, cujos assuntos foram objectos de análise e deliberação;
2. No âmbito do cumprimento, do Aviso nº 1/2024, do BNA – Banco Nacional de Angola, o Conselho Fiscal, no decorrer do exercício, realizou 14 reuniões extraordinárias;
3. O Conselho Fiscal apreciou e emitiu pareceres sobre o Relatório anual de Governança Corporativa e Controlo Interno, com referência a 31 de Dezembro de 2025, conforme o Aviso nº 1/2022 e Instrutivo nº13/2022, ambos do Banco Nacional Angola e o Relatório anual de Prevenção do Branqueamento de capitais, Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destruição em Massa, exigido pelo Instrutivo nº 4/2021 de 24 de Fevereiro, que integra a informação em 31 de Dezembro de 2025;
4. Tomou conhecimento e acompanhou o Plano Anual de Auditoria Interna, a sua implementação nas Unidades Orgânicas dos serviços centrais e agências e a elaboração do Plano Estratégico 2025/2028 da Auditoria Interna;
5. Durante o exercício, tomou conhecimento e acompanhou os trabalhos de Auditoria Externa bem como as acções de Inspeção da entidade de supervisão;



6. O Conselho Fiscal apreciou as Demonstrações Financeiras que inclui o Balanço, a Demonstração de Resultados e as respectivas notas, a Demonstrações dos Fluxos de Caixa do Exercício, a Demonstração de Alteração do Capital Próprio e a Proposta de Aplicação de Resultados que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) e com o Aviso nº 5/2019 do BNA – Banco Nacional de Angola. Apreciou igualmente o Relatório de Gestão do Conselho de Administração que apresenta a evolução dos negócios e da situação da Sociedade, conforme exigido nos estatutos e na Lei, é de parecer que a Assembleia Geral:

- a) – Aprove as contas do exercício de 2025;
- b) – Aprove o Relatório de Gestão do Conselho de Administração relativo ao Exercício findo em 31 de Dezembro de 2025;
- c) – Aprove a aplicação dos resultados proposta pelo Conselho de Administração.

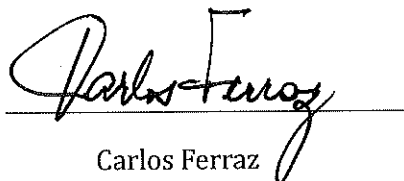
Luanda, 27 de Fevereiro de 2026.



Faustino Mpemba Madia

Presidente do Conselho Fiscal

Perito contabilista, OCPCA nº 20120019



Carlos Ferraz

Vogal do Conselho Fiscal



Nuno Ricardo Duarte Barros

Vogal do Conselho Fiscal

Perito contabilista, OCPCA nº 20152734

